



**Recensão a *História pública  
em movimento,*  
de Juniele Râbelo de Almeida e  
Rogério Rosa Rodrigues (orgs.)**

---

**Igor Lemos Moreira**

*Práticas da História*, n.º 16 (2023): 205-212

[www.praticasdahistoria.pt](http://www.praticasdahistoria.pt)

**Juniele Râbelo de Almeida e Rogério  
Rosa Rodrigues (orgs.)**

***História pública em movimento***

**São Paulo: Letra e Voz, 2021, 224 pp.**

Igor Lemos Moreira\*

Em 2011, na Universidade de São Paulo (Brasil), um grupo de pesquisadores(as) brasileiros(as) se reuniu para o *1.º Curso de Introdução à História Pública*. Naquele contexto, a academia brasileira vivia um período de debate acerca das reservas de mercado (ou da sua falta), da necessidade de a universidade que começava a receber seus primeiros ataques extrapolar seus “muros” e, especialmente, dos desafios que viriam pela frente quando a profissão de historiador(a) fosse regulamentada pelo Congresso Nacional do Brasil. O conjunto de fatores citados, os debates realizados nos Estados Unidos e na Europa acerca da função social do historiador, sua atuação no mercado privado e, principalmente, a necessidade de repensar a formação profissional, influenciaram diretamente na construção do programa do curso e, posteriormente, nos passos seguintes desses pesquisadores que se reuniram na Rede Brasileira de História Pública.

\* Igor Lemos Moreira (igorlemoreira@gmail.com), Universidade do Estado de Santa Catarina, Campus Florianópolis, Avenida Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi, Florianópolis – Santa Catarina, Brasil. Receção da recensão original: 12-05-2023. Receção da versão revista: 29-05-2023. Aceitação: 30-05-2023.

Desde então, a história pública no Brasil tem promovido debates sobre sua configuração. Enquanto, em algumas perspectivas, a história pública poderia ser definida a partir da ideia de campo profissional, voltada especialmente para a redefinição do mercado de trabalho e dialogando particularmente com as abordagens estadunidenses da *public history* dos anos 1970/1980,<sup>1</sup> outros defendem que se trata de uma prática que envolve principalmente a divulgação científica. No entanto, em texto recente, Ricardo Santhiago<sup>2</sup> apresentou uma síntese ampliada dessas definições, defendendo que a história pública pode ser compreendida a partir de suas diferentes frentes (campo, disciplina, abordagem etc.), mas sempre na relação com diferentes agentes, retomando o espírito público, dialógico e participativo da operação historiográfica.

Nesta acepção, a história pública em sua perspectiva brasileira é entendida enquanto um *movimento* e um *espaço de experimentação e debate*, muito mais do que um campo disciplinar (mesmo que este se configure e exista como dimensão intrínseca). A defesa realizada por esse grupo de historiadores brasileiros e historiadoras brasileiras é que a história pública deve ser um movimento de autorreflexividade pautado no caráter polissêmico do termo que compreende o fazer, o pensar e o campo.

Foi a partir dessa chave interpretativa e de compreensão que Juniele Râbello de Almeida e Rogério Rosa Rodrigues organizaram a coletânea *História pública em movimento*, publicado pela editora Letra e Voz, em 2021. Assim como *Introdução à história pública*,<sup>3</sup> publicado em 2011 pela mesma editora, o livro recém-lançado promove um debate intenso, fecundo e importante, fruto das atividades do 2.<sup>o</sup> *Curso de Introdução à História Pública* (Brasil). A hipótese defendida pelos(as) autores(as) é bastante simples de ser descrita, impactante no ser apresentada e renovadora quando aplicada: a história pública não é apenas

1 Thomas Cauvin, *Public History: A Textbook of Practice* (Nova Iorque: Routledge, 2016).

2 Ricardo Santhiago, “História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo”, *Revista Tempo e Argumento* 10, n.º 23 (2018): 286-309.

3 Juniele Râbello de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (orgs.), *Introdução à história pública* (São Paulo: Letra e Voz, 2011).

um dispositivo ou um campo, mas um movimento de renovação epistêmica ao provocar a frequente reflexão e redefinição da função social da história e do(a) historiador(a) a partir da relação com a sociedade.

No entanto, *História pública em movimento* está longe de ser uma espécie de anais de congresso ou de atas de eventos científicos. Enquanto *Introdução à história pública*, organizado por Juniele Râbello de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, foi uma obra seminal, provavelmente a primeira com esse escopo na América Latina, que reuniu diferentes pesquisadores que estiveram no 1.<sup>o</sup> Curso de *Introdução à História Pública* (Brasil) visando consolidar um conjunto de reflexões iniciais sobre o campo, *História pública em movimento* impressiona ao demonstrar o avançar e, principalmente, os novos dilemas a serem enfrentados pela história pública produzida no Brasil.

A ideia de *movimento* atravessa a obra desde sua elaboração quando se optou por, ao invés de apresentar um conjunto de capítulos individuais acerca de pesquisas e projetos em andamento, os organizadores da coletânea propuseram questões provocativas<sup>4</sup> a pesquisadores/as que, em conjunto, elaboraram textos a duas, quatro, seis ou mais mãos. Neste sentido, *História pública em movimento* apresenta uma reunião de textos frutos de debates, diálogos, tensões e, principalmente, experiências dialógicas entre pesquisadores(as) de diferentes perspectivas teóricas e espacialidades geográficas.

Ao todo, dos dez capítulos, oito seguem a proposta na qual mais de um(a) autor(a) foi convidado(a) a responder a questões como as seguintes: “Como fazer a história local se tornar pública, e para quem?” ou “Quais os desafios do trabalho com narrativas de dor no ensino de história?”. Vale destacar ainda, nessa proposta, que a redação dos textos ocorreu durante a pandemia de covid-19, fator presente tanto na escrita quanto em alguns dos temas. Neste sentido, para além de um mapeamento, o livro é uma evidência de como o movimento da história

4 É importante destacar que essa tem sido uma proposta interessante das coletâneas de história pública no Brasil, estratégia que pode ser identificada na publicação de Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges (orgs.), *Que história pública queremos? / What Public History do We Want?* (São Paulo: Letra e Voz, 2018).

pública se pensa, articula e assumiu uma posição singular na área durante um dos traumas globais mais recentes.

Assumindo o desafio de não apenas elaborar uma crítica acadêmica da obra em questão, a intenção dessa resenha é operacionalizar também a matriz reflexiva que atravessa *História pública em movimento*. Desta forma, se optou por elaborar um conjunto de reflexões que são suscitadas a partir do livro. Para isso, ao invés dos capítulos, debatemos as principais hipóteses e discussões da coletânea a partir dos eixos centrais que atravessam os textos.

O primeiro capítulo de *História pública em movimento* debate a atuação profissional do historiador. No Brasil, esse campo se volta especialmente ao ensino escolar, mas após a publicação da Lei 14.038/2020, que regulamentou a profissão no país, tal área tem se expandido ao possibilitar a pressão em órgãos de governo pela abertura de postos de trabalho. Neste sentido, o capítulo procura sustentar uma relação dicotômica desse debate. Para os autores e as autoras, um campo para atuação profissional do(a) historiador(a) poderia ser definido como existente e inexistente, haja visto que, para além da sala de aula, as demais esferas devem ser construídas, afirmadas e defendidas, desafio complexo em tempos neoliberais e de negacionismos. Neste sentido, os(as) autores(as) defendem que a história pública pode ser pensada não apenas enquanto dimensão capaz de fornecer ferramentas para essa atuação, mas como parte de uma construção de identidade profissional que auxilie historiadores(as) a garantirem sua presença em espaços que vão desde museus e arquivos até canais televisivos e empresas privadas.

O desafio da autoafirmação e da identidade profissional do(a) historiador(a) reverbera nos dois capítulos seguintes, nos quais os(as) autores(as) são convidados a refletir sobre os desafios da pesquisa participativa e o papel da história pública no combate aos negacionismos. Chama a atenção, nos textos, não apenas a discussão sobre a necessidade de reafirmação constante dos(as) historiadores(as) em sociedade como os desafios presentes e o imperativo da autorreflexividade como instrumento frequente e constitutivo da profissão. Em ambos os capítulos, os(as) autores(as) procuram analisar e promover reflexões sobre

como a história acadêmica e disciplinar, ao se abrir para o diálogo e a participação de outros sujeitos, é confrontada, mas também estimulada. Neste sentido, a discussão sobre os negacionismos ocupa lugar central. Para o efetivo enfrentamento ao negacionismo é preciso a observação da realidade na qual o(a) historiador(a) está inserido, assumindo uma postura dialógica, participativa e apurada que reconheça e reforce o papel de “expert”, e uma escuta atenta e sensível ao contexto do(a) pesquisador(a), de forma a direcionar, enfrentar e reafirmar a função social, política e cultural da história.

Os dois capítulos seguintes lançam perguntas conectadas com as anteriores. Convidando os(as) autores(as) a refletirem sobre os desafios de uma história pública digital em países marcados pela exclusão e as questões que envolvem a construção de histórias locais, os organizadores estimularam o debate acerca de um ponto central da história pública: a constante atenção ao meio social no qual os saberes históricos são elaborados. No capítulo destinado à história digital em um país socialmente desigual, os(a) autores(as) apontam os desafios existentes, mas indicam uma tendência crescente a contornar esses problemas por meio da inventividade, dimensão presente a partir do diálogo e da construção coletiva. Neste sentido, o debate se volta principalmente ao entendimento a respeito do Brasil e das suas condições sociais, políticas, culturais e econômicas, sendo este central para uma história digital, tanto nas questões estruturais, como na organização das cidadanias sociodigitais.

O capítulo seguinte dá continuidade a estas temáticas e convoca os leitores a compreenderem que uma história local ou regionalizada não é necessariamente próxima da dimensão cotidiana e da experiência dos sujeitos que compõem esse “local”. Por isso, o capítulo reconhece que a história pública pode ser um instrumento de mudança social que envolveria desde a construção de políticas públicas até à elaboração de identidades regionalizadas. No entanto, o capítulo provoca e deixa em aberto uma questão central: de que forma é possível repensar as fronteiras entre o local, o regional, o nacional e o global? O texto deixa essa como talvez uma das principais dimensões a serem enfrentadas pela história pública, na qual reside um potencial do movimento.

O conjunto de dois capítulos seguintes (os únicos individuais) tensiona o problema levantado anteriormente, mesmo que não aborde a questão local. O primeiro destes capítulos trata das iniciativas de um núcleo de história pública fundado na região amazônica que procura redimensionar o locus de produção de saberes geralmente emanados de grandes centros e as potencialidades de regiões tradicionais em fazê-lo. Seu texto, que ecoa os impactos da pandemia na região amazônica, demonstra os desafios de uma história pública em regiões cujo debate, experiência e perspectiva são diferentes daqueles nos quais o campo está consolidado (região sul e sudeste do Brasil). O capítulo seguinte complementa tal discussão ao promover um debate potente sobre o papel dos movimentos LGBTQ+ e feministas no debate interseccional e no combate a desigualdades sociais no norte do Brasil. Articulando empiria e subjetividade, o texto demonstra o potencial da história pública na formação de uma nova geração de pesquisadores(as), preocupada com uma história que seja social, política e, principalmente, (in)disciplinada.

Os três últimos capítulos da coletânea se agrupam em torno de um dos espaços considerados por excelência como locais de história pública: a sala de aula e a educação básica. Enquanto um primeiro capítulo apresenta projetos de pesquisas e ações de divulgação/comunicação sobre como os(as) professores(as) da Educação Básica lidaram com a pandemia no Brasil, um segundo texto traz os docentes para o centro das narrativas, momento em que sete profissionais narram os desafios enfrentados durante o ensino remoto, o distanciamento social e a insegurança laboral. O segundo capítulo é relevante para demonstrar que o(a) docente atuante em escolas básicas é, em si, um historiador público não apenas por sua formação ou papel de mediação, mas enquanto sujeito de escuta, inserção, acompanhamento e parceria entre instituição educacional, jovens e comunidade. O professor ocupa, desta forma, uma posição central na sociedade, ao mediar e estar no centro das negociações sobre o passado, atuando como produtor e mediador, não sendo apenas um transmissor de conhecimentos.

Partindo da influência da covid-19 e dos seus impactos na reflexão sobre a dor e o sofrimento em escala global, os(as) autores(as) do últi-

mo capítulo analisam experiências de ensino após traumas coletivos, a exemplo do assassinato de Marielle Franco, vereadora do município do Rio de Janeiro, trauma que levou a debates sobre a situação da população negra e periférica, e sobre o luto, para as salas de aula. A principal questão, no tocante à história pública, foi a reflexão sobre o papel da escuta sensível na historiografia e a noção da escola como um locus de produção de saberes para além do ambiente educacional. O conjunto dos três textos voltados ao ensino de história aponta para a necessidade de se pensar a escola não somente enquanto espaço educacional restrito à sua própria realidade, mas como palco de produções e mediações acerca do passado e do presente com impactos diretos na sociedade. É neste sentido que a história pública transforma a escola, que passa a não ser mais entendida como instituição para pensar a reprodução de saberes acadêmicos em forma de transposição, mas como lugar de produção e construção de saberes a partir da mediação.

O posfácio de Ricardo Santhiago retoma a proposta central do livro para afirmar que a história pública não é um campo de certezas, mas de reflexão, compartilhamento e redescoberta. Sua análise converge diretamente para o eixo central da coletânea: a história pública é um movimento aberto ao contraditório, à renovação, à mediação e ao diálogo. É neste sentido que tal proposta se inscreve e detém um grande potencial de renovação epistêmica.

Ao se propor refletir a respeito de questões que vão desde o engajamento e as dificuldades sociais ao papel do historiador em diferentes espaços sociais, os(as) autores(as) tensionam a construção de uma identidade profissional de historiadores(as) que, apesar de nunca virarem as costas para o meio social, parecem ter, em dado momento, se voltado mais para uma empiria e uma discussão interna do que ao diálogo com aqueles que mais são os agentes do tempo: os sujeitos.

É neste sentido que *História pública em movimento* defende que a história pública deve ser incorporada à prática historiográfica enquanto uma perspectiva de ação e atuação, ou seja, enquanto parte da identidade do(a) historiador(a). Não é possível separar o que seria um “historiador” de um “historiador público”, afinal, a atuação em socie-



dade, no coletivo e na relação com sujeitos, espaços e contextos deve ser vista enquanto um imperativo nas diferentes esferas. A defesa por um movimento, e não um campo, da história pública é central e contagiante, demonstrando que não apenas a história deve constantemente se colocar à prova, mas que os historiadores são indivíduos em ação no meio social, cultural, político e econômico.

#### **BIBLIOGRAFIA**

Almeida, Juniele Rabêlo de, e Marta Gouveia de Oliveira Rovai, orgs. *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Cauvin, Thomas. *Public History: A Textbook of Practice*. Nova Iorque: Routledge, 2016.

Mauad, Ana Maria, Ricardo Santhiago, e Viviane Trindade Borges, orgs. *Que história pública queremos? / What Public History Do We Want?*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

Santhiago, Ricardo. “História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo”. *Revista Tempo e Argumento* 10, n.º 23 (2018): 286-309.

#### **Referência para citação:**

Moreira, Igor Lemos. “Recensão a *História pública em movimento*, de Juniele Rabêlo de Almeida e Rogério Rosa Rodrigues, orgs.”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 16 (2023): 205-212. <https://doi.org/10.48487/pdh.2023.n16.31197>.